

Pluralidade econômica e democracia

A nova Sociologia Econômica e a Escola das Convenções, ao se concentrarem nos microarranjos, podem subestimar as forças do mercado, enquanto as macrossínteses, tais como a Teoria da Regulação, podem superestimá-las, conferindo ao cosmos capitalista um caráter implacável. Por levar em conta as formas não mercantis de coordenação e a interação entre grandes áreas institucionais, a Sociologia Econômica francófona certamente aprofunda mais a análise das relações complexas entre economia e sociedade do que a nova Sociologia Econômica norte-americana, centrada na construção social dos mercados. Mas nenhuma delas, ao menos em seus desdobramentos principais, aborda de maneira aprofundada a questão crucial dos vínculos entre pluralidade econômica e política. Assim, por um lado, a insuficiente consideração das forças do mercado na nova Sociologia Econômica e na Escola das Convenções pode levar a ver apenas a extrema variabilidade dos mercados; por outro, a focalização nas forças do mercado operada pelas macrossínteses pode culminar em um horizonte limitado pelas formas institucionais do capitalismo. Todas essas abordagens, bem contrastadas, avalizam, finalmente, a centralidade do fato mercantil no fato econômico. Por razões opostas, as interrogações sobre a conciliação entre fato mercantil e ordem política, assim como aquelas sobre a compatibilidade entre capitalismo e democracia,

são deixadas de lado, embora sejam essenciais para inúmeros autores de Filosofia Política. Jürgen Habermas (1981, p. 379) destaca que “entre capitalismo e democracia, há uma relação de tensão insuperável”.

Portanto, convém reagir a uma visão estrita da neutralidade axiológica, que deixaria sem resposta essa problemática, reanimada pela crise atual. O cientificismo ofuscado pela purificação em relação a qualquer valor é epistemologicamente insustentável em um período em que toda a sociedade se preocupa com o predomínio da economia. Numa orientação análoga àquela defendida por Philippe Chanial (2011), parece necessário optar por uma Sociologia Econômica associada a uma reflexão filosófica. Isso constitui a primeira característica deste livro, que começa por textos de Filosofia Política e prossegue com capítulos de Economia ou de Sociologia, postulando uma continuidade e uma contiguidade nas preocupações dos articuladores. Todos eles investigam as relações entre economia e sociedade sob o ângulo da preservação e do aprofundamento da democracia, a partir do suporte essencial da obra de Karl Polanyi, que trata dos laços entre pluralidade econômica e política.

Para além da pluralidade das formas de racionalidade e dos modos de coordenação, Polanyi (2011, p. 37-54) identifica o sofisma economicista, isto é, a redução da economia ao mercado, como um problema maior de nossa época, sugerindo indiretamente que a reabilitação de uma pluralidade de princípios de integração econômica poderia lhe fornecer uma solução. Ele concede um grande espaço à demonstração da existência dessa pluralidade de princípios “de integração econômica”: além do mercado, a reciprocidade, a redistribuição e a administração doméstica constituem, segundo o autor, “princípios de comportamento” pelos quais “a *ordem* é [...] garantida na produção e na distribuição” (POLANYI [1944] 1980, p. 76, grifo nosso). Se o sofisma corresponde à definição formal da economia pela raridade que determina o caráter lógico da relação entre os meios e os fins, o reconhecimento da pluralidade dos princípios de integração coincide com uma definição substantiva da economia. Tal definição admite a dependência do homem à natureza e a seus semelhantes e considera que a satisfação das necessidades humanas passa por uma interação institucional. Nesse sentido, uma Sociologia Econômica atenta à plura-

lidade institucional e política não pode se contentar nem com o exame detalhado de mercados particulares, nem com a constatação recorrente de uma dominação capitalista. Mostra-se indispensável articular uma crítica às tentativas de absolutização da ordem econômica, que repousa sobre sua definição formal com uma atenção pragmática, às práticas socioeconômicas que ultrapassam os mercados, mobilizando princípios e integração visibilizados por uma concepção substantiva da economia. Desse modo, Polanyi alerta para uma Sociologia Econômica, de alcance limitado, inteiramente construída a partir do conceito de troca e que só é universal em uma sociedade de mercado. Ele defende uma ampliação do ponto de vista da análise a fim de cobrir “estas zonas em que se encontram as fronteiras da economia de mercado e da economia sem mercado” (POLANYI, 1963, citado por CHAVANCE, 2011, p. XXXIII).

No plano epistemológico, o argumento de Polanyi condiz com o de Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 34-38) em favor de uma “sociologia das ausências e das emergências”. Com efeito, segundo a sociologia das ausências, importa mostrar “que o que não existe é, na verdade, produzido como não existente” e, segundo a sociologia das emergências, “substituir o tempo linear [...] por possibilidades plurais e concretas, que são simultaneamente utópicas e realistas”. O desafio é combinar abordagens críticas e possibilistas para não se limitar a descrições microssociais fragmentadas, nem a interpretações macrossociais deterministas.

O programa de pesquisa esboçado por Polanyi, que trata das imbricações entre esfera econômica e política, encontrou muitas oposições que dificultaram sua execução. Elas devem ser evocadas porque revelam a abundância das resistências intelectuais a uma melhor compreensão das interações contínuas entre político e econômico (HIRSCHMAN, 1995, p. 329) e, também, porque evidenciam como as mudanças ocorridas nas últimas décadas possibilitam novas perspectivas inspiradas em Polanyi. Em primeiro lugar, foram as divisões disciplinares e as especializações nas Ciências Sociais que apartaram o estudo das duas esferas. Em seguida, a perspectiva de Polanyi enfrentou, até os anos 1970, um materialismo histórico que reivindicava a economia em última instância e suspeitava que Polanyi se desinteressasse do capitalismo e da produção para se consagrar

ao mercado e à circulação. Nessa visão determinista, a prioridade dada à propriedade dos meios de produção leva à redução dos princípios de integração econômica a meros modos de transferência. Por fim, a partir dos anos 1980, difundiram-se referenciais que estabelecem, por assim dizer, o político em última instância, a partir de uma leitura de Hannah Arendt que converte sua distinção analítica entre as esferas em uma dissociação empírica. Eles veiculam uma crença na redução da influência econômica a partir de uma reabilitação do político que merece ser confrontada com a história do século XX. De fato, duas figuras de hierarquização entre esferas econômica e política se sucederam e são férteis em ensinamentos. Por um lado, os projetos de economia dirigida mostraram bem os impasses de um desejo de supressão do mercado decorrente de uma hegemonia do político. Por outro, as convicções socialdemocratas de que bastaria regular o capitalismo mercantil para domesticá-lo oferecem um balanço ambivalente. Elas têm, decerto, o crédito de uma desmercantilização dos riscos sociais (ESPING-ANDERSEN, 1990), cujos resultados em termos de nível de vida e de luta contra as desigualdades foram espetaculares nos Trinta Gloriosos Anos. Porém, esse sucesso não poderia apagar as contrapartidas: regulações estabelecidas em nível nacional por elites especialistas, colocando os cidadãos mais em posição de subjugados ou de beneficiários do sistema do que de contribuintes; utilização da redistribuição política indexando de fato os progressos em matéria de justiça social aos resultados do crescimento mercantil e, portanto, fortemente questionada pela tendência à diminuição de seu ritmo nas últimas três décadas. Essas fragilidades inerentes aos socialdemocratas explicam por que o Estado-providência, fragilizado por seu déficit de expressão cidadã e por seu financiamento dependente da economia de mercado, não encontrou legitimidade suficiente diante dos ataques. A acusação que sofreu nas teses “neoliberais”, popularizadas por Friedrich Hayek e Milton Friedman, certamente teve uma repercussão amplificada pelos poderes financeiros midiáticos, mas também advém da contenção do capitalismo mercantil apenas pela regulação e pela redistribuição públicas. Em sociedades marcadas por um individualismo complexo (CORCUFF, 2003; CORCUFF, LE BART, SINGLY, 2010), a falta de personalização e a ausência de solicitação dos usuários na construção dos serviços que lhes são destina-

dos são obstáculos redibitórios para um Estado cujo controle panóptico não é mais apropriado. Como já mencionava Émile Durkheim (1893, p. XXXII), “um Estado hipertrofiado” não pode conter e segurar “uma poeira infinita de indivíduos desorganizados”.

Isso corrobora a atualidade desta grade de leitura, marginalizada por muito tempo, que supera o dilema mercado-Estado para englobar os princípios de reciprocidade doméstica. Esta é a segunda característica desta obra: ela aposta nos recursos heurísticos fornecidos pela pluralidade dos princípios de integração econômica para pensar o devir democrático das sociedades contemporâneas. A obra de Polanyi, caracterizada por sua visada ética e política, pode fornecer, desse modo, ferramentas para pensar alguns dos problemas mais difíceis de nossa época.

Resgate da originalidade de uma obra

A força da obra de Polanyi se deve, sem dúvida, à sua coerência em torno de uma preocupação maior: as contradições entre capitalismo mercantil e democracia. Contra a vulgata liberal, ele denuncia essa tensão insuperável, conforme os termos de Habermas e suas consequências para a sociedade. Bem antes da publicação de *A Grande Transformação*, em 1944, Polanyi, então colaborador do jornal austríaco *Der Österreichische Volkswirt* (O Economista Austríaco) e, depois, do *New Britain*, questiona o vínculo entre a crise econômica mundial e a escalada dos regimes fascistas. Esses textos, antes inéditos em francês, foram traduzidos e reunidos por Michele Cangiani e Jérôme Maucourant (2008) em *Essais de Karl Polanyi*.

Em um artigo de 1932 traduzido para o francês com o título *Économie et démocratie*, Polanyi preocupa-se com o fosso crescente entre esses dois pilares e funções da sociedade na opinião pública ocidental. Ele denuncia a ilusão de que a “economia”, por meio de técnicas e de trocas modernas, poderia resolver os bloqueios políticos que se cristalizam em uma crise do parlamentarismo. Alerta seus leitores para os perigos de uma época que “abandonou a democracia como se fosse uma mera questão de forma, e não a mais alta expressão da consciência moral no contexto do Estado

moderno” (POLANYI, 2008, p. 357). O arranjo das ordens política e econômica nas sociedades ocidentais, ao qual se dedicaram os textos de Polanyi, nesse período, manifesta, segundo ele, uma tendência inadmissível que culmina em um impasse do ponto de vista da liberdade humana: ou as sociedades, na crença de privilegiar sua função econômica, curvam-se às “leis” do mercado e sacrificam a democracia – escolha dos regimes fascistas, fundados na negação do indivíduo, conforme Polanyi desenvolve em um texto de 1935 sobre “A Essência do Fascismo” –, ou elas renunciam à independência de sua função econômica e caem numa outra forma de totalitarismo, ilustrada pelo stalinismo.

A Grande Transformação estende e sistematiza essa análise, fazendo do mercado autorregulador o mecanismo da “desinserção” da economia em relação às outras ordens sociais. Polanyi remonta então às condições que permitiram a emergência desse mecanismo na Inglaterra do século XVIII, na aurora da Revolução Industrial. Ele detalha o conjunto das medidas políticas, desde as leis sobre os pobres (*Poor Laws*), do início do século XVII, até a abolição, em 1834, da lei de *Speenhamland*, que favoreceu seu surgimento. Afirma que essa mudança profunda repousou em um “moinho satânico” (*Satanic mill*) que, consistindo em transformar a terra, a moeda e o trabalho em mercadorias, deslocou a sociedade, “esmagou os homens e os transformou em massas” (POLANYI, [1944] 1980, p.59). Por meio de múltiplos exemplos, como o do movimento cartista em meados do século XIX, no qual os operários ingleses denunciaram o sufrágio censitário e exigiram o acesso à esfera política, Polanyi mostra o que a absolutização de uma economia de mercado supôs de negação de sua gênese política – negação que, de resto, é “inerente a qualquer institucionalização bem-sucedida”, segundo Pierre Bourdieu (2012, p. 185). A separação ficícia entre a economia e a política se revela então como uma manobra que permite colocar a sociedade de mercado ao abrigo das reivindicações democráticas, alegando a superioridade do princípio de propriedade, a universalidade do motivo da “cupidez” e a inelutabilidade das “leis” do mercado. Essas ofensivas dos defensores do mercado requeriam, de acordo com a tese defendida em *A Grande Transformação*, contramovimentos de proteção da sociedade. As sociedades de mercado, do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, caracterizam-se assim, segundo Po-

lanyi, pelo equilíbrio precário de um “duplo movimento” de liberalização, conduzido pelas classes comerciantes, e de proteção social, sustentado, principalmente e por motivos diferentes, pelos proprietários de terras e pelas classes operárias. Esse contramovimento encerra uma esperança de democratização, por meio de uma contestação dos pretensos imperativos de autorregulação do mercado. Porém, baseado na proteção, ele também pode ratificar as hierarquias e os antagonismos de classe e culminar na instrumentalização da economia e da política como “armas em uma luta por interesses setoriais” (POLANYI [1944] 1980, p. 183). O equilíbrio do duplo movimento pode então dar lugar à “crise fascista” (*ibid.*).

Dois eixos de análise se cruzam em *A Grande Transformação*. O primeiro, e certamente o mais visível, de natureza histórica, trata das contradições entre capitalismo mercantil e democracia, surgidas nos anos 1930, de suas raízes na sociedade de mercado do século XIX e premissas na Inglaterra nos séculos anteriores. O segundo, de natureza teórica, consiste em mostrar os mecanismos por meio dos quais o capitalismo fundado em um sistema de mercado solapa a função política da sociedade.

Sua demonstração passa pelo que pode parecer um duplo desvio: pelas sociedades primitivas da Melanésia ocidental, nas quais os antropólogos Richard Thurnwald e Bronislaw Malinowski evidenciaram a existência de princípios de reciprocidade e de redistribuição, e pela *Política*, de Aristóteles, que distingue produção para o lucro e produção para o uso, de onde Polanyi extrai o princípio de administração doméstica. Esses “desvios” se encaixam plenamente, no entanto, na demonstração teórica de Polanyi, pois buscam mostrar a contingência histórica da sociedade de mercado, já que a imensa maioria das sociedades arcaicas e primitivas funcionava de acordo com princípios totalmente diferentes.

Dando continuidade a essa linha de pesquisa na obra coletiva de 1957, *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*³, Polanyi e seus colaboradores da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, analisam o lugar ocupado pela economia em diversas sociedades, principalmente

3 Obra corrigida com M. Conrad Arensberg e W. Harry Pearson, cujo título original em inglês é *Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory* (Glencoe, Free Press). Tradução francesa de 1975. Paris: Larousse Université.

antigas, da Assíria, Mesopotâmia e Mediterrâneo Oriental, na América Central, Guiné e Índia. Esses textos são complementados por estudos monográficos, sobretudo *Dahomey and the Slave Trade: an Analysis of an Archaic Economy*, publicado postumamente, em 1966, pelo colaborador de Polanyi nessa pesquisa, Abraham Rotstein. Por meio de estudos históricos e antropológicos minuciosos e pela elaboração de conceitos *ad hoc*, esses trabalhos resgatam as lógicas plurais de funcionamento dessas sociedades. Eles evitam o obstáculo que consiste em projetar as concepções contemporâneas da troca, dominadas pelo princípio de mercado, e em confundir comércio e mercado, moeda e comércio. Desse modo, esses trabalhos podem demonstrar que o mercado só ocasionalmente foi o princípio organizador da economia na história da humanidade. O período helênico, o fim da Idade Média e o período liberal do século XIX são apresentados como as três principais exceções à regra de que a economia geralmente está inserida nas relações sociais conforme os princípios de redistribuição, de reciprocidade ou de administração doméstica. Trabalhos posteriores em História e em Antropologia afirmaram que as exceções a essa regra foram mais numerosas do que as três consideradas por Polanyi e seus colaboradores. Esses argumentos não questionam, todavia, a afirmação do caráter contingente do mercado como princípio organizador das sociedades e sua consequência fundamental para as democracias contemporâneas, pois um sistema de mercado não é condição necessária para a democracia. Esta prevaleceu em muitas épocas, independentemente da existência de um mercado (CAILLÉ e LAVILLE, posfácio em POLANYI, 2008).

Um aporte teórico, político e metodológico

A congruência entre mercado e democracia, alegada na tese evolucionista do fim da história (FUKUYAMA, 1993), não resiste, portanto, a uma Antropologia econômica (HANN e HART, 2010), que evidencia o risco, para a democracia, de uma economia fundada apenas no mercado. Consequentemente, as referências aos movimentos sociais desde o século XIX se associam ao estudo dos sistemas econômicos de diferentes civilizações para estabelecer outra história, não linear, na qual promessas expressas

no passado podem auxiliar a “compreender e agir hoje em dia” (CASTEL, 1995, p. 12). Como afirma Edward P. Thomson (1988, p. 16), a demonstração de “certas causas perdidas” ontem pode “esclarecer algumas feridas sociais ainda abertas”. Enriquecendo a reflexão sobre o pluralismo político de Arendt com uma crítica à economia liberal semelhante a Karl Marx ou John Maynard Keynes (POLANYI-LEVITT, 2007) e acrescentando a preocupação com o pluralismo econômico, a obra de Polanyi fornece três pontos de apoio cruciais para pensar as relações entre Sociologia Econômica e democracia: teórico, político e metodológico.

No plano teórico, em relação ao pluralismo econômico estudado por Weber em *Economia e sociedade* (1923, tradução brasileira, 2009), o que Polanyi chama de desencastamento não é a autonomização da economia mercantil, mas a convocação do poder político para apoiar uma definição formal da economia que contribua à sua naturalização. A submissão dos poderes públicos a uma sociedade de mercado ou a um utilitarismo generalizado subtrai então a economia de toda deliberação democrática, como se a economia obedecesse a leis independentes da sociedade (GÉNÈREUX, 2001). Quando Polanyi evoca os efeitos do desencastamento, ele os relaciona à profecia autorrealizadora do homem econômico (LAVAL, 2007), que pode evidentemente incluir dados de seu ambiente, mas decide partir de uma racionalidade formal, segundo um cálculo supostamente objetivo de contribuições e retribuições.

Para alguns, haveria uma oposição entre a nova Sociologia Econômica norte-americana, que salienta a amplitude do encastramento das atividades econômicas contemporâneas, e a ênfase dada por Polanyi ao desencastamento. Mark Granovetter se posicionou sobre esse debate e se declarou próximo do “Polanyi analítico”, que distingue a troca, a redistribuição e a reciprocidade como princípios da ação econômica (GRANOVETTER, 2008, p. 38-39). Em contrapartida, dando continuidade à sua tese de 1985, segundo a qual “os substantivistas’ superestimavam o encastramento da ação econômica nas sociedades pré-capitalistas e o subestimavam nas sociedades modernas” (*ibid.*), esse autor quis se distanciar do “Polanyi polêmico” de *A Grande Transformação*, que, para Granovetter, superestimava a autonomia do mercado nas sociedades liberais do século XIX. Seu po-

sicionamento revela, na verdade, um desconhecimento de Polanyi – que ele próprio admitiu (KRIPPNER *et al.*, 2004) – e que o levou a confundir dois registros distintos. Por um lado, o encastramento remete às particularidades do ambiente (normativo, cultural, etc.) percebido em mercados concretos. Dentre estas, a nova Sociologia Econômica, que Granovetter representa, valoriza o encastramento reticular como sustentação por meio das relações sociais. Por outro lado, o encastramento remete a uma inserção do conjunto da economia em regras (éticas, religiosas, políticas, etc.) que lhe são externas. Na modernidade democrática, o encastramento político, definido como o conjunto das interações entre poderes públicos e iniciativas econômicas, desempenha um papel primordial. Um processo inédito de desencastramento se desenrola desde o século XIX, ao mesmo tempo em que a laicização da sociedade permite a eventualidade de um reencastramento democrático. Nesse sentido, Polanyi argumenta, em *A Grande Transformação*, que o mercado autorregulador, necessariamente instituído, atingira tal grau de naturalização pela discriminação positiva com a qual os poderes públicos o gratificavam que requeria movimentos de autoproteção da sociedade visando a reinseri-lo. Desse modo, Polanyi evidencia o paradoxo do duplo movimento de desencastramento-reencastramento.

A pertinência dessa problemática é, evidentemente, confirmada pelos desafios conceituais próprios à globalização. No entanto, foi ignorada por muitos pesquisadores da Sociologia Econômica centrada na análise dos mercados. Paralelamente, como destaca mais uma vez Le Velly (2012, p. 96), certos autores selecionaram objetos de estudo “relativamente isolados do restante do sistema mercantil capitalista”, que podiam levá-los a negligenciar o encastramento no sentido polanyiano. Por exemplo, Viviane Zelizer (1979, 1987, 1993), estudando o auxílio-funeral, o atendimento a domicílio e a guarda de crianças, produz resultados sobre a permeabilidade dessas atividades no mercado, mas não pode concluir sobre a dinâmica global do sistema. O neoinstitucionalismo sociológico está mais próximo de Polanyi. Embora se concentre no nível mesoeconômico por meio da noção de campo organizacional, ele mostra o quanto o quadro institucional homogeneiza os comportamentos econômicos graças a diversos tipos de isomorfismo (POWELL E DI MAGGIO, 1991), não negando,

por outro lado, o trabalho institucional graças ao qual iniciativas societais introduzem inovações (LAWRENCE E SUDDABY, 2006).

No plano político, o desencastamento pode levar ao constitucionalismo econômico, como em Hayek, que recomenda “retirar do poder político, especialmente se ele for democrático, o controle da política econômica” (citado por MARÉCHAL, 2006, p. 110). Esse fechamento em uma acepção formal da economia é sintomático da ordem liberal, mas também constitui o drama das tentativas de renovação socialdemocrata de terceira via (GIDDENS, 1998), que concentraram sua ação em reformas sociais referentes aos costumes, avaliando as hipóteses neoliberais sobre a economia, desencadeando uma perda correlata de confiança popular com o aumento do desemprego e da exclusão.

Mais uma vez, a atualidade confirma a acuidade do pensamento de Polanyi: aos discursos tranquilizadores sobre a convergência entre mercado e democracia, ele opõe um apelo à vigilância, justificado pela tragédia da década de 1930: o desencastamento ameaça a substância da sociedade. Devido a seu cunho antropológicamente insustentável, o desencastamento exige o reencastamento, mas ele pode tomar duas direções: uma autoritária, a outra emancipadora. As crises, em particular, trazem grandes riscos de regressão totalitária e, ao mesmo tempo, encerram potencialidades democráticas. Quando o futuro se torna incerto, a busca de bodes expiatórios e a segurança prometida pelos líderes carismáticos, apoiados em regimes policiais, podem seduzir como mostraram as experiências nazistas e stalinistas. Para avançar na segunda direção, emancipadora, é importante não ficar apenas no vago elogio de uma sociedade civil idealizada. É preciso *adensar* o espaço público nas sociedades civis, para o que pode contribuir o associacionismo, ou seja, o projeto constituído a partir de ações coletivas executadas por cidadãos livres e iguais em referência a um bem comum (LAVILLE, 2010). A reflexividade em atos pode então alimentar o debate sobre a regulação e a redistribuição públicas, reforçadas pela mobilização de recursos solidários horizontais em ações coletivas. A perspectiva é a de uma ação pública ampliada que reafirme a sustentação democrática da solidariedade, opondo-se nitidamente à prospectiva de uma neofilantropia que reintroduz dominações julgadas ultrapassadas.

De maneira concomitante, apresenta-se um novo esquema de privatização da solidariedade: sob o pretexto de diminuir orçamentos públicos, ele orienta o mundo associativo para a procura de mecenas particulares e para a importação dos métodos de gerenciamento das grandes empresas; recomenda a complementaridade com empresas com responsabilidade social ou ambiental para as ações associativas modernizadas em *social business* (YUNOS, 2010). Assim, duas opções estão em conflito, e a escolha entre elas é um grande desafio: ou encontrar um acordo entre democracia representativa e deliberativa na ação pública para combater as desigualdades, ou se voltar para uma solidariedade que voltou a ser uma questão privada, feita de solicitude e de benevolência numa luta contra a pobreza.

Levantar esse debate não é proceder a uma crítica moralizadora do mercado: a vontade de supressão do mercado levou aos piores excessos. A variedade dos mercados concretos deve ser respeitada, preservando principalmente as múltiplas formas de economia mercantil territorializada. Além disso, a mercantilização permitiu que se escapasse às dominações tradicionais. Embora a diabolização do mercado não seja, portanto, indicada, a ausência de qualquer distanciamento crítico do acesso ao mercado também é problemática. Por exemplo, a historiadora Laurence Fontaine (2008, p. 310-335) se fez arauto dessa estratégia, negligenciando o fato de que o raciocínio feito no século XVI não pode ser transposto para o século XXI, salvo se veicular uma visão encantada do mercado, que leve a contrassensos sobre Polanyi e cale sobre a predominância da ordem mercantil capitalista, já observada por Durkheim e Weber. Se admitirmos com eles a existência de uma gaiola de ferro, como não identificá-la e simultaneamente descerrá-la?

Sobre essa questão, a terceira mensagem de Polanyi é *metodológica*. A mudança democrática não poderia resultar de uma expertise alternativa, ainda que marcada por uma retórica radical. Segundo o método polanyiano, é a partir da investigação sobre experiências sociais existentes que podem ser elaborados conceitos cujo grau de generalidade depende do número e da diversidade dos casos estudados. Desconstruindo a representação de que o capitalismo mercantil detém o monopólio da criação das riquezas, esses casos concretizam a pluralidade das lógicas socioeconômicas, fun-

dada no emaranhado dos princípios de integração. Desse ponto de vista, as experiências sociais atuais ecoam um associacionismo solidário que, desde os primeiros anos do século XIX na Europa e, mais recentemente, na América do Sul e do Norte, objetiva disseminar a igualdade obtida no plano político na vida econômica e social por meio da auto-organização voluntária. Esse impulso emancipador foi tanto reprimido quanto normalizado, perdendo seu alcance político, mas angariou ainda assim reconhecimento nos estatutos do sindicato e da economia social (associações, cooperativas, sociedades mutualistas). Embora tenha permanecido uma tradição de empresas não capitalistas, a economia social não escapou inteiramente à influência da definição formal da economia dominante desde a segunda metade do século XIX, o que o levou a considerar sua presença no mercado como uma garantia de credibilidade. No último terço do século XX, em reação ao retorno da utopia da sociedade de mercado, não é de surpreender que tenham ressurgido práticas que buscam resgatar uma forte capacidade de interpelação política, até mesmo críticas acerca de um desvio economista da economia social. Agrupando-se em torno da denominação de economia solidária, elas suscitaram uma teorização que as define não como empresas, mas como iniciativas cidadãs ao mesmo tempo políticas e socioeconômicas: políticas porque comportam uma dimensão reivindicada de espaço público; socioeconômicas porque hibridam os princípios de integração econômica a fim de atender a seu projeto. Por essa dupla razão, a economia solidária introduz uma perspectiva polanyiana ignorada pela economia social.

O conjunto de economia social e solidária que se delinea agora contesta, portanto, o paradigma capitalista, mas se confronta com o desafio de um equilíbrio – conforme o termo de Pierre-Joseph Proudhon (1866, p. 2006, citado por CORCUFF, 2012, p. 162-164) –, entre unidades com peso econômico, mas atingidas por certa banalização, de um lado, e unidades mais inclinadas ao protesto, mas de uma inegável fragilidade econômica, de outro. O futuro da economia social e solidária está ligado à sua capacidade de solidarizar as unidades desse conjunto compósito. Ele depende igualmente de sua aptidão para aumentar sua força coletiva, constituindo espaços públicos intermediários, que sejam interlocutores dos poderes públicos e respeitem suas diferenças internas. Ele está, por fim, ligado à

busca de uma conceptualização menos marcada pelo “ocidentalcentris-
mo” e mais aberta às experiências dos diversos continentes.

Seja como for, a democratização da sociedade não pode acontecer sem a democratização da economia, que também supõe sinergias inéditas entre compromissos públicos e poderes públicos. Os sinais de uma rejeição recíproca existem: tecnicização dos governos e desconfiança cidadã em relação à política instituída. No entanto, tal aliança se inicia em áreas como a defesa dos bens comuns, locais ou mundiais, da água às licenças livres. Como mostrou Elinor Ostrom (1990), o reconhecimento desses bens comuns não pode ser obtido a partir da dicotomia entre mercado e Estado. Em compensação, ele pode se impor graças a complementaridades entre vigilância cidadã e novas políticas. Contra a desmedida do capital e para manter uma sociodiversidade (SALMON, 2001, p. 91-106), necessária a uma sociedade democrática tão viva quanto diversa, importa multiplicar as modalidades de resistência, apoiando-se em facetas da economia real tornadas invisíveis por sua definição formal. É por essa razão que a economia social e solidária, abordada em uma perspectiva polanyiana, não pode mais ser menosprezada ou descartada em um pensamento da emancipação, como demonstra a multiplicação dos trabalhos nessa linha⁴.

Novas perspectivas polanyianas

Inspirando-se em Polanyi, a obra traça dois grandes eixos em uma análise das relações entre economia e sociedade, assumindo como horizonte normativo a manutenção e a extensão da democracia. O primeiro consiste em prosseguir e atualizar a análise crítica em grande escala do duplo movimento de mercantilização e de proteção social. O fracasso, visível desde os anos 1970, da Grande Transformação almejada por Polanyi, trouxe novamente essa análise para o centro das preocupações. Desde

4 Para um panorama das pesquisas internacionais, ver, por exemplo: Cattani, Hart e Laville, 2010, em inglês; Cattani, Coraggio e Laville, 2009, em espanhol; Cattani et al., 2009, em português; Cattani, Laville, 2006, em francês. Para um diálogo da economia social e solidária com a ecologia: Juan, 2012. Para um diálogo com o feminismo: Degraeve e Nyssens, 2008; Lemaître, 2009; Guérin, Hersent e Fraisse, 2011. Para um diálogo com os movimentos sociais: Sousa Santos, 2002 e 2003; Sarria Icaza, 2009; Laville, 2011; Corcuff, 2012. Para um diálogo com outros componentes da Sociologia Econômica: Laville, 2007, Hillenkamp, 2009; Servet, 2010; Dacheux e Goujoun, 2011.

2007, a crise financeira, econômica e agora política que atingiu a América do Norte, certos países do Sul, especialmente emergentes (HUGON e SALAMA, 2010), e depois a Europa, tornou essa tarefa particularmente urgente. As características da onda de mercantilização dos últimos trinta anos, a maneira como ela deu origem à crise, os lugares de resistência, de proteção e de proposição e sua natureza, democrática ou não, estão entre as questões fundamentais de nossa época. As escalas desses processos, a natureza das mercadorias fictícias – o trabalho, a moeda, a terra e, mais amplamente, o meio ambiente, mas também o conhecimento (AZAM, 2007) – e o aparecimento, desde a década de 1970, de um capitalismo cada vez mais financeiro como motor da mercantilização estão igualmente no centro dos debates. Os mecanismos de acumulação de lucros poderiam ter mudado de natureza, repousando agora em uma liquidez generalizada como vetor de especulações cada vez mais lucrativas e de novas formas de exploração, mais do que na colocação no mercado de novos bens ou serviços (SERVET, 2012). Por outro lado, a financeirização das relações sociais, que alimenta essas especulações, está longe de manter intacto o estatuto da proteção social. Grande parte das massas financeiras especulativas provém dos fundos de pensão que acumulam a poupança dos que vivem de rendas, como no quadro dos sistemas norte-americanos de aposentadoria por capitalização (CHESNAIS, 2004). De modo mais geral, a regulação concorrencial e os quase-mercados regem hoje em dia mecanismos de proteção social. Essa nova forma, sutil, de economismo, perturba o duplo movimento polanyiano e provavelmente contribuiu, no plano ideológico, para a crise atual (HOLMES, 2012). Convém examinar em que medida diversas formas de proteção social podem ainda constituir não somente “proteções contra a mercantilização”, mas também vetores de emancipação e de democratização. De maneira reflexiva, a contribuição das Ciências Econômicas e Sociais deve ser avaliada, conforme fortalece as lutas democráticas ou, ao contrário, justifica certas modalidades nefastas de mercantilização.

O segundo eixo de pesquisa, complementar, não se contenta com a análise em macroescala dos determinantes dos processos de mercantilização e de proteção. Ele pretende aprofundar a análise e as propostas, determinando, por meio de observações em microescala, as práticas econômicas

plurais que podem contribuir para sociedades mais democráticas. Esse eixo se subdivide em dois outros: a análise de experiências “alternativas” ao capitalismo e à sociedade de mercado; e a elaboração de conceitos para abordar a economia plural da qual fazem parte essas experiências. O primeiro deles levanta a questão de um posicionamento epistemológico tornando visível a pluralidade econômica contida nessas experiências. É importante se afastar do pensamento dominante que nega a existência de formas de trabalho e de criação de riqueza não capitalistas, para revelar sua inserção em sistemas capitalistas de exploração e, ao mesmo tempo, seu potencial de emancipação (CORAGGIO, neste volume). Esse eixo sobre as alternativas também levanta a questão dos vínculos entre democratização política e econômica e a da mudança institucional.

A atualização dos princípios de integração econômica, estudados por Polanyi e seus colaboradores essencialmente a partir de sociedades primitivas e arcaicas, constitui uma das prioridades do segundo subeixo. Ele leva a uma teoria da economia plural, que cruza os aportes de Polanyi com os de outros pensadores, como Marcel Mauss e Max Weber (LAVILLE, 2003), mas também de autores menos conhecidos no mundo francófono, como o sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos (FRANÇA e LAVILLE, 2012), ou o peruano Anibal Quijano (CORAGGIO, neste volume). Por outro lado, esse subeixo compreende a caracterização das práticas de proteção em nível local, distinguindo aquelas que se fundam nas hierarquias existentes, que frequentemente as reforçam, daquelas que, apoiando-se em solidariedades horizontais, favorecem a democratização (HILLENKAMP e SAIAG, 2012; PAIRAULT e SERVET, 2012). De modo geral, esse eixo de pesquisa examina as práticas socioeconômicas sob o ângulo de sua relação com a democracia, inclusive em casos como as práticas monetárias (SERVET, neste volume) ou domésticas (CORAGGIO, 2006; HILLENKAMP, neste volume), que à primeira vista parecem distantes dele. Essa tarefa supõe operacionalizar os conceitos e as teorias – oriundos, sobretudo, da Filosofia e das Ciências Políticas – da democracia. O conceito de espaço público, extraído de Habermas (1992), permite principalmente estender a análise política da democracia à da democratização da economia, por meio da deliberação em espaços locais de entidades com vocação produtiva, comercial ou financeira (FRAISSE, 2003). A reflexão sobre o pluralismo

econômico se associa então com aquela sobre o pluralismo político que se expressa no espaço público. Essa convergência abre caminho para uma renovação da socialdemocracia, ao oferecer possibilidades de superar os limites do modelo keynesiano, fundado apenas no par Estado-mercado, e conjurar o perigo de fragmentação das sociedades nacionais por um reconhecimento do pluralismo econômico como expressão do pluralismo político e social.

Seguindo esses dois eixos de renovação do pensamento polanyiano e suas declinações, esta obra oferece uma contribuição à elaboração de um programa de pesquisa que recoloca a Sociologia Econômica no horizonte democrático. Afirmando a dupla necessidade epistemológica de basear a reflexão nas experiências existentes e de assumir como horizonte a justiça e o bem comum, ela cruza pontos de vista e leituras da obra de Polanyi a partir dos contextos norte-americano, sul-americano e europeu.

Pensar além da crise. Contribuições da filosofia, da sociologia, das ciências políticas e econômicas

A primeira parte deste livro se dedica a uma análise da crise por meio de uma crítica multidisciplinar ao novo capitalismo. O aporte do duplo movimento polanyiano a uma teorização crítica da sociedade capitalista constitui o ponto de partida da contribuição de Nancy Fraser. Percebendo em Polanyi a ausência de uma teoria elaborada da sociedade civil, ela propõe ampliar o tríptico Estado, economia e sociedade, no qual se funda o duplo movimento, para um quarteto que dê conta da “esfera pública da sociedade civil”. O encastramento da economia repousa, de fato, em um “conteúdo ético” ou “substância normativa” que, embora resulte da interação entre Estado, economia e sociedade, deve ser submetido ao debate democrático sob pena de ratificar mais a dominação do que favorecer a emancipação. A esfera pública da sociedade civil constitui o espaço societal onde os movimentos em favor da emancipação podem se apropriar desse conteúdo. A crise da sociedade capitalista deve assim ser submetida à análise não de um duplo, mas de um triplo movimento, considerando que a mercantilização pode destruir o tecido da socieda-

de, mas também levar ao desaparecimento de proteções opressivas; que as proteções podem atenuar os efeitos destrutivos da desregulação, mas também arraigar a dominação; e que a emancipação pode culminar na liberação, mas também romper as solidariedades e dissolver a substância normativa da proteção social.

Associando-se a Fraser do ponto de vista da democracia radical, Vicki Birchfield chama a atenção para o caráter antidemocrático da globalização neoliberal. Polanyi mostrou que a emergência do pretense mercado autorregulador, no século XIX, supusera um afastamento de grande parte da população de decisões políticas fundamentais. Birchfield ressalta a força da ideologia do mercado que acompanha a globalização atual. Baseada na separação entre economia e política, privado e público, nacional e internacional, essa ideologia poderia ser questionada por movimentos de proteção da sociedade com germes de democracia radical. A teoria de Antonio Gramsci esclarece essa intuição, mostrando que a hegemonia ideológica do mercado, que se apoia na dominação, e também no consentimento das massas a um “senso comum” apresentado como inelutável, pode ser substituída por uma hegemonia fundada em um “bom senso” capaz de submeter a globalização neoliberal à ética.

As contribuições de Nicolas Postel e Richard Sobel tratam da natureza das vagas históricas de mercantilização e dos seus vínculos com as Ciências Sociais, primeiro a Sociologia, seguida da Economia. O texto critica a ortodoxia de sua disciplina a serviço de um aparelho de Estado que, longe de regular os mercados, fornece na realidade sua justificativa ideológica. Desconstruindo o paradigma do agente nacional na abordagem microeconômica “padrão”, Postel e Sobel chamam a atenção para o vínculo fundamental, evidenciado por Polanyi, entre liberalismo e fascismo, como duas modalidades de um mesmo projeto que consiste em suprimir a alteridade, fundando agentes formalmente idênticos. A contestação da mercantilização fictícia da terra, da moeda e do trabalho supõe um ator dotado de razão prática e que possa se apoiar em um bem comum, muito diferente do agente pretensamente “racional” do universo mercantil.

Relacionar político e econômico: experiências de democratização em nível local, regional, nacional e mundial

A crítica social à macroescala pode ser completada pela análise em microescala das experiências que constituem hoje em dia alternativas, plurais, ao capitalismo e à sociedade de mercado. Este é o objeto da parte seguinte, que se propõe a aprofundar as interações entre política e economia através das alternativas.

Marguerite Mendell articula uma análise das dinâmicas impulsionadas pela sociedade civil com a reflexão sobre a democratização econômica e o quadro teórico comum que compartilham Polanyi e outros autores. A fim de delimitar a inovação social e a mudança institucional, ela correlaciona o conceito polanyiano de processo econômico instituído a uma teoria do indivíduo inspirada no pensamento cristão, desenvolvida por Polanyi em textos menos conhecidos, e a teoria da inovação de Roger Hollingsworth. Enfatizando os modos de governança e de regulação, este autor mostra a importância das interações entre sociedade civil e governo por meio de subsistemas societais que provocam tensões e uma dinâmica de mudança nas instituições. Mendell argumenta que, graças à aprendizagem social, movimentos democráticos da sociedade civil têm a capacidade de formar subsistemas que desafiam os modos de governança instituídos e levam a processos de democratização econômica.

José Luis Coraggio complementa e ilustra esse eixo de análise a partir da perspectiva latino-americana, chamando a atenção para as grandes lutas democráticas recentes no subcontinente em favor de uma economia popular, social e solidária. Situando essas experiências nas interdependências políticas e socioeconômicas mundiais, ele relembra o lugar dos países da periferia na acumulação primitiva de capital e na constituição de um sistema-mundo capitalista, que Polanyi não desenvolve totalmente. Assim, Coraggio mostra que é urgente que os pensadores do centro desse sistema se pensem como constituídos em conjunto com sua periferia. Como a invalidação das economias indígenas foi uma constante das ditaduras coloniais e pós-coloniais na América Latina, o lugar dessa economia concerne à maioria da população ativa e é, portanto, longe de ser residual.

Pela abordagem compreensiva da economia popular, os trabalhos sula-americanos foram pioneiros em considerar a pluralidade econômica como componente de uma sociedade democrática.

Abordar a economia plural em sua relação com a democracia. Conceitos atualizados, pertinentes para a pesquisa empírica

A última parte da obra completa essas análises, propondo conceitos para abordar a economia plural – que acolhe grande número de economias empíricas e na qual o mercado constitui apenas um polo particular – em sua relação com a democracia. Baseando-se nos conceitos de Polanyi, principalmente nos princípios de integração econômica, e em observações de campo e estudos de caso, Jean-Michel Servet, Isabelle Hillenkamp e Jean-Louis Laville oferecem uma contribuição para uma atualização teórica dessa economia.

Rejeitando a interpretação corrente dos princípios de integração econômica como simples modos de transferência das riquezas, Servet e Hillenkamp propõem que se considerem os princípios como modos de *interdependência* na produção, no financiamento, na circulação ou nas trocas, e no consumo. Resgatando os trabalhos antropológicos que inspiraram Polanyi, Servet propõe requalificar o princípio de reciprocidade como um tipo de interdependência fundada em uma *complementaridade* voluntariamente instituída, distinto da reprodução que se funda em uma *hierarquia* organizada. Por essa razão, a reciprocidade nas sociedades democráticas pode repousar em debates em um espaço público, como ilustram as iniciativas de economia solidária. Voltando-se para o quarto princípio, frequentemente esquecido, de “administração doméstica”, e tomando como caso de estudo a economia popular na Bolívia, Hillenkamp mostra o lugar do mundo doméstico e do compartilhamento nessa economia, enquanto rejeita as visões simplistas da família ou das comunidades como “berço das solidariedades” ou da democracia. Baseando-se igualmente nas fontes de Polanyi e em seus dados de campo na Bolívia, ela propõe esclarecer e atualizar o princípio de administração doméstica nas configurações contemporâneas, onde ele interage com o princípio mercantil.

Por fim, Jean-Louis Laville mostra como as pesquisas de Polanyi têm muito em comum com Mauss e como a releitura que eles fazem de estudos realizados em diferentes sociedades esclarece questões contemporâneas. Esses dois autores surpreendentemente próximos podem fornecer as bases de uma teoria da economia plural, tanto pela crítica do reducionismo, que torna absoluto o capitalismo mercantil, quanto pela concepção de uma mudança social que não poderá alcançar um objetivo de democratização se não inventar os meios para isso através de uma transição também democrática. Esse texto final é, portanto, um convite a continuar a construção coletiva de uma Sociologia Econômica que assume, como mencionaram todos os capítulos, sua responsabilidade em matéria de contribuição à reflexão societal sobre a democracia.

BIBLIOGRAFIA

AZAM, G. La connaissance, une marchandise fictive. *Revue du MAUSS*, Paris: La découverte, n° 29, p. 110-126, 2007.

BOURDIEU, P. 2012. *Sur l'État*. Cours au Collège de France (1989-1992). Paris: Le Seuil. Coll. Raisons d'Agir, 2012.

CANGIANI, M. Maucourant J. *Essais de Karl Polany*. Paris: Le Seuil, 2008.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.

CATTANI, A.D.; LAVILLE, J.-L. (Coord). *Dictionnaire de l'autre économie*. Paris: Gallimard. Folio, 2006.

CATTANI, A.D.; CORAGGIO, J.-L.; LAVILLE, J.-L. (Coord.). *Diccionario de la otra economía*. Buenos Aires: Altamira, 2009.

CATTANI, A.D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, LL.; HESPANHA, P. (Coord.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CATTANI, A.D.; HART, K; LAVILLE, J.-L. *The human economy*. Cambridge: Polity Press, 2010.

CHANIAL, P. *La sociologie comme philosophie politique et réciproquement*. Paris: La Découverte. Coll. Bibliothèque du Mauss, 2011.

CHAVANCE, B. Karl Polanyi, l'économie et la société. In: K. Polanyi. *La subsistance de l'homme. La place de l'économie dans l'histoire et la société*. Paris: Flammarion, 2011.

CHESNAIS, F. (Org.). *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences*. Paris: La Découverte, 2004.

COCHOY, F. *Une sociologie du packaging ou l'âne de Buridan face au marché*. Paris: Puf, 2002.

CORAGGIO, J.-L. Économie du travail. In: Cattani, A.D. e Laville, J.L. (Coord.), *Dictionnaire de l'autre économie*. Paris: Desclée de Brouwer, p. 313-325, 2006.

CORCUFF, P. *La question individualiste. Stirner, Marx, Durkheim, Proudhon*. Latresne: Le Bord de l'Eau, 2003.

CORCUFF, P. *Où est passée la critique sociale ? Penser le global au croisement des savoirs*. Paris: La Découverte. Coll. Bibliothèque du Mauss, 2012.

CORCUFF, P.; LE BART, C.; SINGLY, F. *L'individu aujourd'hui. Débats sociologiques et contrepoints philosophiques*. Rennes: Presses universitaires de Rennes. Colloque de Cerisy, 2010.

DACHEUX, E.; GOUJON, D. *Principes d'économie solidaire*. Paris: Ellipses, 2011.

DEGRAVE, F.; NYSSSENS, M. L'innovation sociale dans les services d'aide à domicile. Les apports d'une lecture polanyienne et féministe. Paris: *Revue Française de Socioéconomie*, n° 2p. 79-98, 2008.

DI MAGGIO, P.; POWELL, W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields, *American Sociological Review*, vol. 48, n° 2, p. 147-160, 1983.

DUBUISSON-QUELLIER, S. *La consommation engagée*. PARIS: Presses de Sciences-Po, 2009.

DURKHEIM, É. *De la division du travail social* (1893), Paris: Puf, 1991.

ESPING-ANDERSEN, G. *Les trois mondes de l'État providence. Essai sur le capitalisme modern* (1990). Paris: Puf, 1999.

FAVEREAU, O. Marchés internes, marchés externes. *Revue Économique*, vol. 40, n° 2, p. 273-328, 1989.

FONTAINE, L. *L'économie morale. Pauvreté, crédit et confiance dans l'Europe préindustrielle*. Paris: Gallimard, 2008.

FRANÇA FILHO, C-G.; LAVILLE, J.-L. Polanyi, Mauss, Guerreiro Ramos. Vers une théorie de l'économie plurielle. *Séminaire international de l'institut Karl Polanyi d'économie politique et du réseau européen – EMES. Le monde entre crise et changement*. Conservatoire national des arts et métiers. Paris, 15-16 février, 2012.

FUKUYAMA, F. *La fin de l'histoire et le dernier home*. Paris: Flammarion, 1993.

GARDIN, L. *Les initiatives solidaires: la réciprocité face au marché et à l'État*. Toulouse: Érès, 2006.

GÉNÈREUX, J. 2001. *Les vraies lois de l'économie*. Paris: Le Seuil, 2001.

GIDDENS, A. *The Third Way. The Renewal of Social Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1998.

GRANOVETTER, M. *Sociologie économique*, Paris: Le Seuil, 2008.

GUÉRIN, I.; HERSENT, M.; FRAISSE, L. (Org.). *Femmes, économie et développement*, Toulouse: Érès, 2011.

HABERMAS, J. *Théorie de l'agir communicationnel* (1981). Tome 2. Paris: Fayard, 1998.

HABERMAS, J. *Droits et démocratie. Entre faits et norms*. Paris: Gallimard, 1992.

HAHN, C.; HART, K. *Economie Anthropology: History, Ethnography, Critique*, Cambridge: Polity Press, 2010.

HART, K.; LAVILLE, J.-L.; CATTANI, A.D. *The Human Economy*, Cambridge: Polity Press, 2010.

HILLENKAMP, I. Formes d'intégration de l'économie dans les démocraties de marché: une théorie substantive à partir de l'étude du mouvement d'économie solidaire dans la ville d'EI Alto (Bolivie). Thèse de doctorat en études du développement. Université de Genève, Institut des hautes études internationales et du développement, 2009.

HILLENKAMP, I.; SALAG, H. Solidarité et protection dans les économies populaires d'EI Alto (Bolivie) et de Rosario (Argentine): une perspective polanyienne. *Économies et sociétés*, série F - Développement croissance et progrès, vol. 46, n° 2, p. 355-384, 2012.

HIRSCHMAN, A. *A Propensity to Self-subversion*, Cambridge Mass. Londres: Harvard University Press, 1995.

HOLMES, C. Marketised Social Protection and Marginalism's Second Economic Fallacy, International Seminar of the Karl Polanyi Institute of Political Economy and the EMES European Research Network The world between crisis and change, Conservatoire national des arts et métiers. Paris, 15-16 février, 2012. EMES Conferences Selected Papers.

HUGON, P.; SALAMA, P. (ORG.). Les Suds dans la crise. *Revue Tiers Monde*, Paris: Armand Colin, 2010. Hors-série.

JUAN, S. *La transition écologique*. Toulouse: Érès, 2012.

KRIPPNER, G.; GRANOVETTER, M.; BLOCK, F.; BIGGART, N. 2004. Polanyi Symposium: a Conversation on Embeddedness. *Socio-Economic Review*, vol. 2, n° 1, p. 109-135.

LAVAL, C. *L'homme économique. Essai sur les racines du néolibéralisme*. Paris: Gallimard, 2007.

LAVILLE, J.-L. Avec Mauss et Polanyi, vers une théorie de l'économie plurielle. *Revue du MAUSS*, n° 21, p. 237-249, 2003.

LAVILLE, J.-L. (Org.). *L'économie solidaire. Une perspective internationale*. Paris: Hachette Littératures, 2007.

LAVILLE, J.-L. *Politique de l'association*. Paris: Le Seuil, 2010.

LAVILLE, J.-L. (Coord.). *L'économie solidaire*. Paris: CNRS Éditions, 2011.

LAWRENCE, T.B.; SUDDABY, R. Institutions and institutional work. In: S.R. Clegg, C. Hardy, T.B. Lawrence, W.R. North (Org.). *Handbook of Organization Studies*. Londres: Sage, 2^e édition, p. 215-254, 2006.

LE VELLY, R. Le problème du désencastrement. *Revue du MAUSS*, n° 29, p. 181-196, 2007.

- LE VELLY, R. Karl Polanyi, la nouvelle sociologie économique et les forces du marché. *Revue Interventions Économiques*, vol. 38, 2008.
- LE VELLY, R. *Sociologie du marché*. Paris: La Découverte. Coll. Repères, 2012.
- MARÉCHAL, J.-P. Économie, éthique et politique. In: M. Hambert, A. Caillé (Org.). *La démocratie au péril de l'économie*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2006.
- OSTROM, E. *Governing the Commons. The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: University Press, 1990.
- PAIRAULT, T.; SERVET, J.-M. Solidarité versus protection. *Économies et Sociétés*, série F - Développement croissance et progrès, vol. 46, n° 2/2012, p. 225-237, 2012.
- POLANYI, K. *A grande transformação* (1944). Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POLANYI, K. *Economic sociology in the United States* (La sociologie économique aux États-Unis), conférence donnée à l'Institut des relations culturelles, 9 octobre, Budapest, 1963.
- POLANYI, K. *Essais*. Préfacio de Michele Cangiani et Jérôme Maucourant, postface d'Alain Caillé et Jean-Louis Laville. Paris: Le Seuil. Coll. Économie humaine, 2008.
- POLANYI, K. *La subsistance de l'homme - la place de l'économie dans l'histoire et la société*. Paris: Flammarion, 2011.
- POLANYI-LEVITT, K. Why Keynes and Polanyi? Why now? Avec Karl Polanyi, contre la société du tout-marchand. *Revue du MAUSS*, n° 29, p. 411-443, 2007.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C.M.; PEARSON, H.W. *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris: Larousse université, 1975.
- POWELL, W.; Di MAGGIO, P. (ORG). *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. University of Chicago Press, 1991.
- PROUDHON, P.-J. *Théorie de la propriété* (1866). Paris: L'Harmattan. Coll. Les introuvables, 1997.
- RONALD, B. *Corporate Profits and Cooptation: Networks of Market Constraint and Directorate Ties in the American Economy*. New York: Academic Press, 1983.
- ROUSTANG, G.; LAVILLE, J.-L.; EME, B.; MOTHÉ, D.; PERRET, B. *Vers un nouveau contrat social*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- SALMON, A. *Les nouveaux empires. Fin de la démocratie?* Paris: CNRS Éditions, 2011.
- SARRIA ICAZA, A.M. Movimento social. In: Cattani et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, p. 260-263, 2009.

SERVET, J.-M. *Le grand renversement: de la crise au renouveau solidaire*. Paris: Desclée de Brouwer, 2010.

SOUSA SANTOS, B. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUSA SANTOS, B. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUSA SANTOS, B. Épistémologies du Sud. *Études Rurales*, n° 187, janvier-juin, p. 21-50, 2011.

THOMPSON, E.P. *La formation de la classe ouvrière anglaise*. Paris: Le Seuil-Gallimard, 1988.

WEBER, M. *Économie et société* (1921). Tomes 2. Paris: Pocket, 1995.

WEBER, M. *Histoire économique. Esquisse d'une histoire universelle de l'économie et de la société* (1923). Paris: Gallimard, 1991.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 2009.

WHITE, H. Where do Markets Come From? *American Journal of Sociology*, vol. 87, n° 3, p. 517-547, 1981.

YUNUS, M. *Building Social Business. The New Kind of Capitalism that Server Humanity's most Pressing Needs*. New York: Public Affairs, 2010.

ZELIZER, V. *Morals and markets: The development of life insurance in the Unites States*. New York: Columbia University Press, 1979.

ZELIZER, V. *Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children*. New York: Basic Books, 1987.

ZELIZER, V. Pour une approche sociologique du marché. *Problèmes Économiques*, n° 2314, p. 1-7, 1993.